

# Carta-resposta à CDL/BH

## Comércio, serviços e desenvolvimento de Minas Gerais

22 de setembro de 2026.

À Diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte  
CDL/BH

### Assunto: Resposta ao Caderno de Propostas da CDL/BH para as eleições de 2026

Prezadas e prezados,

Agradeço o encaminhamento do Caderno de Propostas da CDL/BH e a disposição da entidade para contribuir com o desenvolvimento de Minas Gerais. Recebo essa agenda com o respeito de quem também empreende e conhece a responsabilidade de manter um negócio funcionando. Comércio e serviços precisam ser considerados na formulação das políticas públicas, e não apenas quando o Estado procura arrecadar.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes aproxima desenvolvimento econômico e qualidade dos serviços públicos. Uma escola que ensina e um transporte que funciona ampliam oportunidades. Segurança para trabalhar e regras compreensíveis permitem investir. Contas sustentáveis dão continuidade a essas condições.

Minha resposta é assumir o que podemos executar e indicar como encaminhar os pontos que exigem definição. Respondo aos seis eixos na ordem do caderno, preservando a distinção entre decisão administrativa e mudança dependente de cooperação com outras instituições, financiamento ou legislação. Acolher uma finalidade não significa anunciar como pronto um instrumento ainda não dimensionado.

## 1. Segurança pública

**Investigação dos crimes contra estabelecimentos comerciais.** Acolho a finalidade da delegacia especializada proposta pela CDL/BH. O encaminhamento será avaliar, com a Polícia Civil, a demanda e a capacidade das unidades existentes, definindo a especialização adequada e os meios para sustentá-la. Não assumo a criação automática de uma nova delegacia sem equipe e custeio. A resposta técnica deverá indicar como melhorar a investigação, seja pela reorganização das unidades, seja por estrutura específica devidamente justificada.

**Patrulhamento preventivo.** Defendo organizar a presença policial nos corredores comerciais conforme as ocorrências e os períodos de maior circulação. Datas comemorativas exigem planejamento próprio, integrado ao atendimento cotidiano. A proteção deverá alcançar consumidores, empreendedores e trabalhadores, inclusive nos horários de abertura e encerramento das atividades, sem atendimento condicionado à filiação a uma entidade.

**Integração contra o crime organizado.** Nosso plano propõe o Centro Integrado de Inteligência Criminal, articulando as forças estaduais e a cooperação federal. A investigação financeira e a perícia deverão alcançar as redes que sustentam os crimes e sua infiltração na economia. O Estado também precisará recuperar o custeio das forças, reduzindo gradualmente sua dependência das prefeituras.

**Compartilhamento de imagens privadas.** Apoio estruturar a cooperação para utilização de imagens de vias públicas, com adesão voluntária e regras de acesso, finalidade, guarda e segurança das informações. O compartilhamento deverá servir à prevenção e à investigação, sem transferir a particulares o comando da atividade policial. Eventuais incentivos financeiros precisarão de avaliação própria, não estando antecipadamente assegurados por esta resposta.

**Dados sobre crimes contra o comércio.** A transparência dos dados criminais prevista no plano deverá permitir identificar as ocorrências por território e tipo de atividade, com metodologia pública. O registro precisa orientar a distribuição das equipes e o acompanhamento das investigações. Uma melhora na notificação não poderá ser escondida para produzir aparência de redução da criminalidade.

**Tecnologia com capacidade de resposta.** Acolho o emprego de algoritmos, câmeras inteligentes, drones, inteligência artificial e sensores conectados quando demonstrarem utilidade e viabilidade. O reconhecimento facial deverá ter auditoria e supervisão humana. Um alerta tecnológico não substitui a investigação nem prova sozinho a autoria de um crime. Nosso programa de combate ao furto e ao roubo de celulares também integrará o Celular Seguro e as operadoras, para enfrentar a receptação e recuperar aparelhos.

## 2. Mobilidade urbana

**Bilhete Único Metropolitano e reorganização das linhas.** Há convergência com a integração física, operacional e tarifária defendida por nossa candidatura. A unificação dos meios de acesso deve caminhar com o redesenho da rede e a pactuação do financiamento entre Estado e municípios. A sobreposição de linhas será examinada sem impor transferências que tornem a viagem mais demorada ou onerosa. O resultado deve ser medido pelo percurso completo do passageiro, não apenas pelo número de cartões utilizados.

**Expansão do metrô.** Defendo dar continuidade às obras e cobrar o cumprimento das obrigações dos responsáveis, com acompanhamento público das etapas. A atuação estadual deverá enfrentar as pendências sob sua competência e articular os demais participantes. Não confundirei anúncio de investimento com entrega em operação, nem fixarei prazo novo sem conhecer as condições contratuais e financeiras.

**Transporte noturno e horários do metrô.** A necessidade de quem encerra o trabalho tarde deverá integrar a programação do serviço. Proponho dimensionar a oferta noturna e corrigir lacunas de atendimento a partir da demanda. A extensão do metrô durante a semana e a operação por 24 horas aos sábados serão examinadas com a operadora e os responsáveis pela gestão contratual, considerando custeio, demanda, manutenção e segurança. Não assumo funcionamento contínuo antes dessa definição; assumo encaminhar uma resposta para o deslocamento desses trabalhadores.

**Pesquisas de origem e destino.** A atualização periódica das informações deverá combinar pesquisas com dados operacionais, preservando a privacidade dos usuários. Essas informações precisam alterar linhas e horários, além de orientar os investimentos. Não basta produzir estudos que deixem de ser utilizados quando a dinâmica da região mudar.

**Pagamento por aproximação.** Acolho a modernização da bilhetagem para facilitar o acesso, inclusive por cartões e dispositivos com NFC. A implantação deverá examinar custos de transação e interoperabilidade, preservando as gratuidades e os benefícios tarifários aplicáveis. O novo meio de pagamento deve conversar com a integração metropolitana, sem criar outro sistema isolado ou excluir quem não utiliza serviços bancários digitais.

**Ligação com Confin.** A melhoria do acesso ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte é uma prioridade que já anunciei. O encaminhamento será comparar alternativas de transporte coletivo e de integração ao metrô, sem escolher previamente entre trem expresso e VLT. As intervenções na MG-010 e a sinalização inteligente também deverão ser consideradas. Cada alternativa precisa demonstrar seu custo de implantação e operação, além do tempo efetivamente poupado, com fonte de financiamento e responsabilidades definidas.

### 3. Educação

**Auxílio-Educação para material escolar.** Acolho a finalidade de garantir material adequado aos estudantes e examinar a participação do comércio local no fornecimento. A modalidade de crédito às famílias deverá ser comparada aos modelos de aquisição existentes quanto a alcance, controle, custo e qualidade. Não assumo um benefício financeiro universal sem dimensionar seu financiamento. A seleção de fornecedores deverá ser impessoal, e eventual mudança não poderá interromper o acesso dos estudantes ao material necessário.

**Infraestrutura e formação técnica.** Defendo preparar as escolas para ampliar oportunidades de ensino em tempo integral e formação profissional, com equipes e estrutura compatíveis. As áreas sugeridas pela CDL/BH, como atendimento ao cliente, empreendedorismo, gestão financeira, marketing e turismo, deverão dialogar com as vocações regionais e com a continuidade dos estudos. A cooperação com instituições de ensino e com o setor produtivo não transferirá a terceiros a responsabilidade pedagógica do Estado.

Quero ser o governador da aprendizagem. Nosso plano prevê currículo claro e material adequado, com professor apoiado e avaliação utilizada para corrigir dificuldades. A formação técnica não substituirá Língua Portuguesa e Matemática nem será apresentada como única trajetória possível. A qualidade da política será medida pelo que o estudante aprendeu e pelas oportunidades que passou a ter, não apenas por matrículas ou materiais distribuídos.

### 4. Tributos

**Simplificação das obrigações acessórias.** Assumo reduzir exigências duplicadas e integrar procedimentos, com orientação clara ao contribuinte. A revisão deverá preservar as informações necessárias à fiscalização e acompanhar a transição tributária, evitando a sobreposição desnecessária de sistemas. A CDL/BH poderá contribuir com o levantamento das obrigações que geram custo sem produzir informação útil.

**Micro e pequenas empresas.** Defendo ampliar o acesso à orientação e aos instrumentos de desenvolvimento, com exigências proporcionais ao porte dos negócios. A simplificação precisa alcançar a abertura e o funcionamento das empresas, em cooperação com as prefeituras, sem enfraquecer a proteção do consumidor ou a segurança dos serviços.

**ICMS sobre equipamentos de proteção dos motociclistas.** A proposta de retomada da isenção para capacetes e sua extensão a botas, caneleiras, cotoveleiras, jaquetas, joelheiras e luvas será examinada quanto ao impacto e às condições legais. A análise deverá verificar se a redução tributária chega ao preço pago pelo usuário e utiliza produtos que atendam aos padrões de segurança. Não assumo a isenção antes de demonstrar seu financiamento e cumprir os procedimentos aplicáveis.

**Compras internacionais de até US\$ 50.** Compartilho a preocupação com condições equilibradas de concorrência e proteção ao consumidor. Entretanto, não assumo a elevação do ICMS solicitada como medida previamente decidida. A análise precisa considerar a carga efetiva e os efeitos sobre os consumidores, além das competências federais e da transição tributária. A competitividade do comércio local também depende de reduzir custos desnecessários dentro do Estado.

**Créditos de ICMS.** Defendo que a apuração respeite os créditos legítimos relacionados às operações examinadas e que os pedidos de aproveitamento tenham resposta fundamentada. A proposta de compensação antes da autuação e de utilização de créditos no pagamento do ICMS corrente deverá ser delimitada juridicamente, distinguindo crédito comprovado de valor ainda controverso. Não assumo uma proibição geral de autuar ou compensação irrestrita; proponho revisar os procedimentos para evitar cobranças indevidas e demora injustificada no reconhecimento de direitos.

**Conselho de Contribuintes.** Apoio sua modernização, com decisões fundamentadas e maior previsibilidade. Quanto aos quatro pontos específicos apresentados, registro:

**Voto de desempate favorável ao contribuinte.** O pedido será examinado com a Fazenda e a Advocacia-Geral do Estado, considerando a alteração normativa necessária. Não o apresento como decisão administrativa que o governador possa aplicar a julgamentos independentemente das regras vigentes.

**Exclusão de multas em situações de empate.** A proposta deverá ser analisada separadamente do desempate sobre o tributo principal, com definição das hipóteses e dos efeitos. Não assumo cancelamento automático de toda penalidade; acolho a revisão fundamentada de seu tratamento.

**Histórico de conformidade.** Defendo considerar o comportamento fiscal do contribuinte na formulação de políticas de orientação e regularização, com critérios objetivos. A boa-fé e o erro eventual precisam ser distinguidos da atuação dolosa e reiterada. O tratamento das multas observará as hipóteses legais, sem imunidade para infrações por simples referência a um histórico anterior positivo.

**Representação do comércio e dos serviços.** Acolho discutir a ampliação dessa participação e o pleito de inclusão da CDL/BH entre as entidades representantes dos contribuintes. O desenho deverá respeitar as regras de composição e preservar a qualificação e a independência dos julgadores. Não prometo uma cadeira específica antes de concluir o encaminhamento institucional.

A orientação fiscal do nosso plano vale para toda essa agenda: benefícios com contrapartidas, custo conhecido, objetivo mensurável e resultado verificável. Cuidar das contas para cuidar das pessoas exige rever o que não entrega retorno e preservar o que se justifica. Não utilizarei novas receitas ou renúncias ainda indefinidas para financiar compromissos permanentes.

## 5. Eficiência da gestão pública

**Consulta prévia sobre normas.** Defendo ouvir os setores afetados antes de editar regulamentações de impacto econômico relevante, com divulgação das minutas e resposta às contribuições. A participação deverá alcançar os diferentes interessados, sem poder de veto privado. Situações que exijam decisão urgente terão justificativa pública e acompanhamento posterior, sem transformar a exceção em rotina.

**Licitações e execução das obras.** O Portfólio Estadual de Projetos Executivos e o núcleo técnico qualificado previstos no plano deverão melhorar a preparação e a fiscalização. A qualidade técnica será exigida com critérios proporcionais ao objeto. Não adotarei a seleção pela técnica como regra indistinta para toda obra: o critério de julgamento deverá seguir a lei e a justificativa de cada contratação. Atrasos e abandono exigem apuração de responsabilidade e sanções cabíveis, sem ignorar falhas da própria administração. O painel público permitirá acompanhar a execução física e financeira.

**Agência Metropolitana.** Acolho o fortalecimento de sua capacidade técnica e de coordenação, respeitando a governança interfederativa e a autonomia municipal. A integração deve reduzir decisões fragmentadas, sem permitir que uma agência substitua unilateralmente as prefeituras. Saúde e saneamento também possuem redes e estruturas próprias que precisam ser articuladas. Os Governos Regionais apoiarão essa cooperação, sem duplicar as atribuições da Agência ou dos consórcios.

**Concessões e parcerias público-privadas.** Defendo ampliar o uso qualificado desses instrumentos quando a comparação com as alternativas demonstrar melhor resultado público. Propostas privadas poderão subsidiar projetos por procedimentos transparentes, sem garantia de contratação ao proponente. As obrigações de pagamento do Estado deverão integrar o planejamento fiscal, com fiscalização e riscos distribuídos adequadamente. A escolha do modelo será orientada pelo serviço entregue à população, não por uma preferência automática por qualquer forma de gestão.

## 6. Desenvolvimento econômico e turismo

**Estrutura dedicada ao comércio e aos serviços.** O setor terá interlocução qualificada e presença explícita na estrutura estadual de desenvolvimento econômico. Não assumo a criação de uma nova secretaria exclusiva para que essa política exista. A prioridade é dar responsabilidade e capacidade de resposta a quem conduz a agenda, aproveitando a organização administrativa e evitando despesas que não melhorem o atendimento.

**Apoio a eventos.** Defendo integrar Carnaval, festivais regionais, Natal e Réveillon a uma estratégia coordenada de cultura e turismo. Patrocínios deverão ter critérios públicos e avaliação, com distribuição regional e respeito ao orçamento. O resultado será acompanhado pela atividade econômica e pela permanência do visitante, sem reduzir o valor da cultura exclusivamente ao retorno financeiro ou garantir apoio automático a todo evento.

**Identidade e promoção de Minas Gerais.** Nosso plano propõe profissionalizar a gestão dos equipamentos e estruturar roteiros regionais, valorizando a gastronomia e o patrimônio. A promoção do destino deve corresponder à experiência efetivamente oferecida. As Instâncias de Governança Regionais e os Convention & Visitors Bureaux serão interlocutores na articulação de destinos e na captação de congressos e feiras, sem criação de estruturas concorrentes.

**Conexões aéreas.** Apoio articular a atração de voos internacionais com as companhias e os operadores aeroportuários, demonstrando demanda e potencial de negócios. A modernização dos aeroportos do interior deverá considerar a possibilidade de operação continuada e a integração regional. Eventuais incentivos dependerão de custo e resultado demonstrados. O Estado não pode prometer rotas e frequências cuja decisão não lhe pertence.

**Promoção de investimentos.** Defendo fortalecer a capacidade das instituições estaduais de identificar oportunidades e acompanhar projetos, com metas e prestação de contas. A capital e a Região Metropolitana terão atenção às suas vocações, articuladas ao desenvolvimento do interior. A atração de empresas deverá combinar formação profissional e infraestrutura com previsibilidade, sem se apoiar exclusivamente em benefícios fiscais.

**Fundo garantidor e acesso ao crédito.** Acolho a finalidade de ampliar o acesso de micro e pequenas empresas ao crédito e ao microcrédito, com educação financeira e orientação. A modelagem deverá partir do BDMG e dos instrumentos de garantia disponíveis, identificando onde existe necessidade não atendida. A criação de um novo fundo só será proposta com capitalização e limites de risco definidos. Garantia pública não elimina a análise da operação nem equivale a crédito concedido automaticamente.

**Política de incentivo ao varejo.** Defendo uma agenda permanente que integre a simplificação de procedimentos ao apoio à capacitação e à digitalização, com acesso responsável ao crédito. A inovação deverá ajudar o negócio a melhorar sua gestão e alcançar mercados. O acompanhamento considerará os resultados para empresas de diferentes portes, evitando fragmentar a política em iniciativas que não se comunicam.

**Revitalização das áreas comerciais.** A ação deverá combinar acessibilidade, iluminação, ocupação dos imóveis, preservação do patrimônio, segurança e transporte, com responsabilidades pactuadas entre Estado e municípios. O governo estadual contribuirá com seus instrumentos e apoiará a preparação de projetos. A requalificação não pode se limitar à obra física nem apagar a identidade de quem trabalha e vive nos centros tradicionais.

**Feiras itinerantes irregulares.** Defendo fiscalização coordenada das obrigações fiscais e das regras de proteção ao consumidor, com participação dos órgãos competentes e das prefeituras. A verificação deverá alcançar a garantia e a origem dos produtos, respeitando os procedimentos legais. Ser itinerante não torna uma feira irregular. A atuação será contra infrações, sem criar reserva de mercado ou impedir a concorrência de atividades regulares.

## Encaminhamento e acompanhamento

---

Proponho acompanhar os pedidos da CDL/BH em uma matriz organizada pelos mesmos seis eixos, identificando a área responsável e o encaminhamento de cada demanda. As medidas administrativas deverão ser distinguidas das propostas legislativas e das iniciativas dependentes de financiamento. O exame técnico terá devolutiva fundamentada, não servirá de justificativa para silêncio do governo.

Como governador, caberá a mim conduzir a administração e encaminhar os projetos de iniciativa do Executivo. Trabalharemos com nossa bancada estadual e com a Assembleia Legislativa nas mudanças que exigirem lei. As questões nacionais serão articuladas com nossa bancada federal e com os dois candidatos ao Senado da chapa, caso eleitos, respeitadas as atribuições e a autonomia de cada mandato.

Comércio e serviços estarão no centro da estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais. Quero oferecer a quem empreende um Estado que cumpra sua parte e a quem trabalha condições para aprender e prosperar. A contribuição da CDL/BH ajudará a transformar essa orientação em decisões acompanháveis e em melhorias concretas para a população.

Atenciosamente,

**Gabriel Azevedo**

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB